



Tak, suplente de Vini, e o presidente da Casa, Luiz Rossini

Tak assume vaga na Câmara nesta quarta após cassação de Vini

A Câmara Municipal realiza nesta quarta-feira (16), às 18h, a sessão oficial de posse do advogado e gestor público Tak Chung Wu, conhecido popularmente como Tak. Primeiro suplente da Federação PSDB/Cidadania, o novo parlamentar assume a vaga no Legislativo em decorrência da cassação do mandato de Vini Oliveira (Cidadania-SP), definida no último dia 9, pelos vereadores, por quebra de decoro parlamentar em julgamento no plenário. A solenidade oficial da posse de Tak marca o início dos trabalhos da 51ª Reunião Ordinária de 2026. Em preparação para a oficialização do ato, Tak esteve no Legislativo para uma reunião com o presidente da Câmara, Luiz Rossini (Republicanos-SP). Durante a recepção, o dirigente deu boas-vindas ao novo integrante e destacou a expectativa de contar com a colaboração nos trabalhos parlamentares, sobretudo aos ligados à assistência social e ao voluntariado.

Trajetória

Filiado ao Cidadania, disputou o último pleito municipal obtendo 956 votos. Nascido em Hong Kong e naturalizado brasileiro, mora em Campinas há mais de 40 anos. Graduado em Direito, faz consultoria para entidades do terceiro setor, na gestão de iniciativas de inovação e na direção de centros de pesquisa, somando passagens por órgãos públicos regionais. Ao comentar a entrada no Parlamento, disse querer utilizar o histórico na área de Relações Internacionais.



Hossri faz B.O. após mulher arremessar chinelos

O vereador Nelson Hossri (PSD-SP) registrou um boletim de ocorrência na noite de segunda-feira (14) após uma mulher arremessar dois chinelos na direção dele durante a sessão na Câmara. No momento do arremesso, a mulher afirmou que o parlamentar manteve relações com ela, mas não a pagou. Hossri recolheu os calçados para exibi-los durante discurso na tribuna. O episódio gerou questionamentos entre os presentes sobre a veracidade do fato. Trinta minutos após o ocorrido, a mulher retornou utilizando tênis, que levava na bolsa.

Sucupira é aqui

Ela ainda gritou: “Volta, Vini” enquanto a sessão prosseguia, referindo-se ao ex-vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP), cassado no último dia 9, pela Câmara, por quebra de decoro parlamentar. Hossri foi um dos 23 vereadores que votaram a favor da cassação. O parlamentar afirmou não conhecer a mulher, que ela agiu a mando de terceiros e afirmou que o fato evidenciou a vulnerabilidade da segurança no prédio.

PINGA-FOGO

Vandalismo

A vereadora Fernanda Souto (PSol-SP) formalizou uma representação junto à Justiça Eleitoral pedindo acesso urgente às gravações de câmeras do sistema público de monitoramento. A medida visa identificar os responsáveis por vandalizar materiais da campanha política dela, espalhados em vias públicas do município.

Material destruído

De acordo com as imagens gravadas por celular, banners de divulgação instalados pela cidade acabaram destruídos. Segundo a parlamentar, a ação buscou prejudicar a visibilidade das propostas dela, durante o período de propaganda eleitoral. Fernanda enfatizou que a destruição é crime eleitoral previsto em lei.

Levantamento dos locais

A parlamentar informou ainda que a equipe dela já fez um levantamento detalhado contendo os locais e horários exatos dos ataques - dados que fundamentam o pedido oficial encaminhado às autoridades competentes. Apesar dos episódios registrados, confirmou que a programação das atividades eleitorais não sofrerá alterações.

Auxílio da população

Destacou a manutenção da agenda pública de compromissos e solicitou a continuidade do apoio de eleitores na sequência dos trabalhos. Para reforçar a identificação dos autores, disponibilizou o WhatsApp (19) 9-7135-3605 para o envio de fotos, vídeos e relatos que auxiliem a fiscalização na responsabilização criminal e financeira dos envolvidos.

Suspeita

“Não nos curvaremos e nem seremos intimidados por nenhum tipo de provocação autoritária”, afirma, atribuindo os atos de vandalismo a adversários de extrema-direita, afirmando que a destruição dos banners reflete uma reação de oposição ao crescimento da candidatura dela na cidade.

Desdobramentos

Souto aguarda o retorno dos órgãos judiciais sobre o fornecimento das imagens das câmeras públicas. Com o material em mãos, a intenção é formalizar as denúncias específicas para garantir que os envolvidos respondam judicialmente pelas perdas financeiras e pelas infrações cometidas.



Viúva sustentou que Toninho poderia ter sido morto por causa política

25 anos da morte de Toninho, e Campinas segue sem resposta

Foi assassinado a tiros em 2001; investigação terminou sem condenação

Por **Raquel Valli**

Campinas ainda não tem uma resposta definitiva sobre o assassinato do prefeito Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, morto há 25, em setembro de 2001, aos 49 anos de idade, com oito meses à frente do Executivo campineiro. O inquérito foi encerrado sem condenação, e a suspeita de motivação política, defendida pela família, não foi comprovada.

Na noite do crime, Toninho deixou a Prefeitura após participar de um ato do Movimento Negro e passou pelo Shopping Iguatemi para buscar um terno. Depois, seguiu sozinho para casa no Fiat Palio que possuía. Na Avenida Mackenzie, foi atingido por um disparo que alcançou a aorta. Morreu dentro do veículo. Arquiteto e militante histórico do PT, havia sido eleito prefeito com cerca de 60% dos votos, a maior votação obtida até então para o cargo em Campinas. Era conhecido por questionar obras públicas, licitações e contratos e por críticas a grandes empreiteiras.

A investigação policial concluiu, em 2002, que o prefeito teria sido morto por integrantes de uma quadrilha de sequestradores liderada por Wanderson Nilton de Paula Lima, o Andinho. Segundo essa versão, o carro de Toninho teria atra-

palhado a fuga e sido atingido pelos disparos. O crime, portanto, não teria relação com a atuação política do prefeito. O Ministério Público apontou Anderson José Bastos, o Ancio ou Puff, como autor do disparo. Ele e outro suspeito morreram menos de um mês depois, durante uma operação policial em Caraguatuba. Outros integrantes do grupo também morreram posteriormente em confrontos com a polícia.

Andinho foi denunciado por homicídio qualificado, mas negou participação. Sem provas suficientes, a Justiça determinou a reabertura das investigações em 2011, mas ele nunca foi condenado pelo assassinato.

A família sempre contestou a versão de crime ocasional. A viúva, Roseana Garcia, sustentou que Toninho poderia ter sido morto por causa da atuação política e cobrou uma investigação mais ampla. Em 2005, durante depoimento a uma CPI do Senado, relatou a hipótese de que o crime teria sido planejado em uma casa de bingo de Campinas. O caso teve reaberturas e arquivamentos até novembro de 2022, quando o juiz José Henrique Rodrigues Torres, da Vara do Júri de Campinas, determinou o encerramento definitivo do inquérito, a pedido do Ministério Público. O crime havia prescrito.